

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 19 de setembro de 2023 - Ata n.º 87.

Aos dezanove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelas Sr.ªs Deputados **Luciana Rafagnin** (na função de 1.ª Secretária) e **Denian Couto** (na função de 2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **87.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito ao Deputado Denian Couto que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Denian Couto – PODE): Pois não, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 86.ª Sessão Ordinária, de 18 de setembro de 2023). É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ªs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto à Deputada Luciana se há Expediente a ser lido.

SR.ª 1.ª SECRETÁRIA (Deputada Luciana Rafagnin – PT): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 759/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção ao Projeto de Lei

n.º 368/2023, que foi convertido na Lei n.º 21.629; **Ofício n.º 1785/2023** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei **(Projeto de Lei autuado sob o n.º 779/2023)** que altera o inciso XXIV do art. 157 da Lei n.º 16.024, de 19 de dezembro de 2008, Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Esses são os ofícios recebidos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos ao horário do Pequeno Expediente, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, muito boa tarde a V.Ex.^a e à nossa Mesa, Deputada Luciana e Deputado Denian. Quero saudar todos que acompanham a nossa Sessão. Senhor Presidente, hoje é um dia muito importante para esta Assembleia, queria destacar a presença dos representantes do fandango do nosso Litoral, mas também de Paraty, que estão aqui presentes, grupos que representam a cultura caiçara, a cultura tradicional do nosso Estado. E faço questão, Sr. Presidente, aqui de mencionar o Mestre José Muniz, da Barra do Ararapira, do Superagui, que está aqui presente conosco; a Professora Adriana do Pilar Rosa Dias, que também está aqui, de Antonina; e a estudante Thayssa Dias Cruz. Senhor Presidente, a Thayssa apresentou um Projeto de Lei municipal do *Dia da Cultura Caiçara* e vamos apresentar, a partir da iniciativa da Thayssa e de todas as lideranças aqui presentes, um Projeto de Lei Estadual propondo o *Dia da Cultura Caiçara* no Estado do Paraná, que se soma às iniciativas que já temos aqui legislativas, do *Dia do Fandango* e de todas as datas celebrativas da nossa cultura caiçara. Também está presente o Professor Cainã Alves, Maestro da Filarmônica Antoninense, que é uma instituição de referência para a cultura em Antonina e no nosso Litoral. Temos aqui os grupos de fandango Canutilho Temperado, Fandango Ubá, Ciranda Caiçara e Fandango dos Santos, aqui representados. Todos sejam muito, muito bem-vindos. Vamos apresentar, Sr. Presidente, essa proposta de lei e quero convidar todos os Parlamentares para que subscrevam este Projeto. Quando falamos da cultura dos povos tradicionais, das comunidades tradicionais - e o nosso mandato tem se empenhado muito nisto, com Projetos de Lei sobre o turismo de base comunitário, do turismo de natureza,

o respeito às comunidades indígenas e quilombolas -, não podemos deixar de falar da importância da cultura caiçara, da cultura tradicional, da pesca artesanal, do fandango, da alimentação, da cultura alimentar que permeia todo o nosso Litoral. Nos nossos sete municípios – de Guaratuba a Guaraqueçaba – a cultura caiçara está presente e tem que ser valorizada, tem que ser fortalecida. Então, vamos apresentar este Projeto, que friso que é uma iniciativa da Thayssa que está aqui, para integrar no Calendário Oficial de Eventos a *Semana da Cultura Caiçara*, Sr. Presidente. É algo muito importante! Nos próximos dias, inicia-se aqui em Curitiba o *Festival Leva Caiçara*, nas Ruínas de São Francisco e, também, em diversos outros locais da cidade. Vamos ter apresentações de fandango, exposições, debates e construções, para que a população de Curitiba reconheça este patrimônio e se integre cada vez mais. Queria aproveitar, Sr. Presidente, neste sentido, destacar aqui que estive em Brasília, algumas semanas atrás, conversando com o Ministro da Pesca, Ministro do Governo Lula, que nos recebeu para falarmos da importância de ações sobre a pesca artesanal no Litoral do Paraná. Muito se fala sobre a importância econômica da pesca no interior do Estado. O Ministro estará aqui nos próximos dias, vai visitar atividades no interior do Estado, mas não podemos nos esquecer que a cultura alimentar do nosso Litoral depende muito da pesca artesanal, dos pescadores e das pescadoras artesanais, Deputada Cloara. Temos um Projeto de Lei que trata de incentivo à pesca artesanal no Litoral do nosso Estado, está na CCJ o Projeto para ser apreciado, sob a relatoria do Deputado Gugu Bueno, com quem conversei hoje cedo sobre a importância deste Projeto. E o que queremos, Deputada Luciana, é que o Estado do Paraná, através dos seus órgãos competentes, do IDR, junto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, já conversamos com a Superintendente, nossa Ex-Prefeita da Lapa, Leila Klenk, sobre a importância de o MDA também, junto com o Ministério da Pesca, debruçar-se sobre a importância econômica da pesca para o nosso Litoral, para a preservação de saberes, para a preservação das culturas que podem e precisam ser repassadas de geração em geração. Um minutinho a mais, Sr. Presidente, para concluir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO GOURA (PDT): Muito obrigado. Nesse sentido, Sr. Presidente e prezados Deputados e Deputadas, queremos o apoio de todos os Parlamentares, queremos que esta Casa celebre a cultura caiçara, celebre o fandango, celebre a cultura alimentar do nosso povo, e isso não seja apenas fruto oriundo de palavras, mas seja fruto de políticas públicas. O Estado do Paraná, junto com os grandes empreendimentos que estão ocorrendo no nosso Litoral, não podem atropelar, por assim dizer, a cultura da pesca artesanal, a cultura dos pequenos agricultores, a cultura quilombola, a cultura caiçara. Podemos e devemos, sim, aliar o desenvolvimento do Estado com a preservação dos saberes tradicionais do nosso povo. Então, Sr. Presidente, viva a cultura caiçara! Viva o fandango do nosso Estado do Paraná! Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; cumprimento o Líder do Governo e o Líder da Oposição; cumprimento os meus Pares, colegas e dignos representantes da população paranaense; cumprimento a imprensa livre que nos assiste; e cumprimento você, cidadão de bem e cidadão honesto que nos assiste pela *TV Assembleia*. Quero hoje dirigir minha palavra a você, Policial Civil e Policial Militar, da Polícia Científica, da Polícia Penal, a você Guarda Municipal, no sentido de que o Delegado Tito Barichello, o Delegado Xerifão vai assumir um compromisso com você, de não permitir, de não permitir que policial aqui no Estado do Paraná cumpra a pena juntamente com criminosos comuns. Conversei com minha esposa, Delegada Tathiana Guzella, conversei com meu assessor Chefe de Gabinete, que é o Cabelo, já conversei com a Liderança do Governo, já conversei com diversos Deputados Estaduais e não é possível que policiais penais, policiais militares, policiais civis ou polícia científica fiquem no mesmo estabelecimento prisional que presos comuns. Ora, Senhores, isso é um absurdo de inigualável tamanho. Por quê? Porque o policial, obviamente, o policial que trabalha corre riscos diferentes do cidadão comum. Imaginem, em um confronto em que policiais subtraem a vida de um bandido, correm o risco de uma

prisão processual, de uma prisão temporária, de uma prisão preventiva e vão eles, Deputado Arruda, para o mesmo complexo penitenciário? Jamais, em tempo algum. O segundo motivo, nossos policiais, que trabalham efetivamente, - porque aqui no Paraná os nossos policiais trabalham - fazem um inimigo por dia. É isso mesmo! Cada bandido preso, Sr. Presidente, é um inimigo do policial, e vai ele dividir parede com esses criminosos se tiver a sua liberdade cerceada? Jamais, em tempo algum vamos aceitar que um policial militar, um policial civil, um policial penal ou um policial científico fique no mesmo complexo, mesmo que sejam prédios distintos. Não! Um policial civil preso tem que ser custodiado por um policial civil; um policial militar preso tem que ser custodiado por um policial militar; um policial da Polícia Científica tem que ser custodiado pela Polícia Científica; e a mesma coisa na Polícia Penal. É uma garantia dos nossos policiais que estão presos. Por quê? Porque não podem eles, Senhores, ter uma verdadeira *Espada de Dâmocles* sobre a cabeça pendendo. Imaginem, em uma rebelião, os policiais com medo, com temor. Por isso já conversei com a Liderança do Governo, já conversei com o Delegado Jacovós, com diversos Deputados e não vamos permitir, Sr. Presidente, que ideias como essa prosperem aqui no Estado do Paraná. O policial que tiver a liberdade cerceada, seja em uma prisão penal ou em uma prisão processual, vai ficar em estabelecimento distinto. É a palavra do Deputado Tito Barichello, é a palavra do Delegado Xerifão. Podem confiar em mim policiais, porque não vou deixar vocês na mão. Não é porque algo saiu errado que vocês terão essa consequência não prevista na Lei n.º 7.210/84, porque seria uma verdadeira tortura psicológica, Deputado Arruda, por tempo indeterminado, e eles não merecem. É o nosso compromisso. Podem contar conosco. Até porque, em um embate, a análise da legítima defesa muitas vezes, que é uma excludente de antijuricidade, é feita por alguém fechado em uma sala com ar-condicionado e que analisa a legítima defesa, que é repelir injusta agressão, atual ou iminente, usando moderadamente os meios necessários, sentado em uma mesa, com uma caneta *Montblanc*. Ora, o policial está na rua, está armado, está sob tensão e a situação é difícil para o policial. Por isso, policiais, contem com o Delegado Tito Barichello. Utilizo também a palavra neste segundo momento para me referir, Sr.

Presidente, a um Projeto de Lei que tramita nesta Casa. Vou esperar, porque o tempo está passando...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado. Vossa Excelência passa a usar o horário da Liderança.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Perfeito, muito obrigado. Retroagindo ao que disse em momento anterior, utilizo a palavra neste momento, Sr.^s Deputados, para tratar de um Projeto de Lei que tramita nesta Casa e que me chamou a atenção. Faço uma brincadeira com V.Ex.^{as}, para V.Ex.^{as} descobrirem qual é o objeto. O Projeto de Lei é do Sr. Renato Freitas. O que diz, Sr. Presidente, o Projeto de Lei? Busca beneficiar algumas pessoas em relação ao não pagamento do transporte urbano, passagem de ônibus, tíquete de ônibus. Pergunto a V.Ex.^{as}: Quem o Renato Freitas quer beneficiar? Primeira opção: Pessoas doentes. Segunda opção, vamos ver: Mulheres com algum tipo de perseguição, em virtude da Lei Maria da Penha. Terceiro: Trabalhadores honestos. Quarta opção: Bandidos. Quem acerta? Quem acerta qual é a opção escolhida pelo Sr. Renato Freitas? É isso mesmo, senhores, data máxima vênha, o Projeto n.º 772/2023, Sr. Presidente, busca criar o passe livre no transporte coletivo rodoviário intermunicipal para egressos do sistema prisional. Ora, bandido tem que ir para a cadeia! Este é o País da impunidade e agora vamos dar passagens de ônibus para bandido? Sei que o sistema busca a reintegração data máxima vênha, sei disso, mas, a partir do momento em que o Estado se manifesta, fomenta condutas. Temos que mandar um recado para a sociedade. O recado para a sociedade é que lugar de bandido é na cadeia, que a impunidade não prospera.

Deputado Requião Filho (PT): Deputado Delegado Tito, um aparte.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Dou-lhe, sem dúvida. Fique à vontade.

Deputado Requião Filho (PT): Só para eu entender, policial condenado tem *spa*, não pode ser preso junto dos bandidos, mas bandido solto, que seriam esses próprios policiais condenados, após o cumprimento da pena... Quer dizer, não entendi aí a defesa, porque o senhor botou agora que bandido é bandido e tem

que ser tratado como bandido. Policial que desonra a farda, policial condenado por tráfico, policial condenado por homicídio, policial que envergonha as Forças de Segurança do Paraná vai preso em um *spa*, porque não pode estar com a população geral, daí a busca de uma reintegração de alguém que já cumpriu pena, no caso desse mesmo policial, o Deputado Renato está errado?

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Deputado Requião, vou lhe responder. Primeiramente, não temos *spa*. *Spa* é uma criação utópica que V.Ex.^a nos traz aqui. O que falei aqui, que acho que o senhor não escutou bem, é que os policiais cumpram em estabelecimento distinto, sem benefícios nenhum, com a Lei n.º 7.210/84, que é a Lei de Execuções Penais. O que não pode é haver a tortura psicológica de estarem na mesma estrutura penitenciária. Por quê? Porque correm um risco iminente. Em qualquer rebelião que tiver, eles querem invadir o lado dos policiais, e isso não vamos aceitar, essa tortura não está na Lei n.º 7.210, Deputado Arruda. Então, terá o cumprimento da pena, sim, apenas em estabelecimento distinto. Segundo, os egressos, o recado da sociedade é: Não cometam crimes e não vamos usar o dinheiro público para beneficiar bandido, seja ele em momento anterior médico, policial, advogado, não importa, mas não terá passagem paga pelo poder público, ele que dê um jeito de pagar. Até porque a maior parte dos criminosos que conheço, grandes criminosos de homicídios são recepcionados na entrada pelos grupos criminosos, que já estão lá, Deputado Arruda, com um veículo esperando o bandido. Para quê? Para reintegrar, Deputado Arruda? Não, para praticarem novos crimes. Essa é a realidade triste do nosso País, é a realidade da impunidade. Então defendo, neste primeiro momento, aqui, que os policiais cumpram pena em local distinto, não com benesses, não com *spa*, como diz data máxima vênica o Deputado Requião, mas sem o temor de uma invasão iminente, que pode acontecer em caso de rebelião. É um direito e é o compromisso do Delegado Xerifão, e tenho certeza de que o Deputado Arruda e os outros Deputados vão apoiar o fim desse Projeto de Lei que tramita nesta Casa. Segundo, essa vergonha que é o Projeto de Lei que busca beneficiar presos com o não pagamento do transporte coletivo rodoviário intermunicipal, este é o recado que nós, estado, temos que dar para a sociedade aqui no Paraná, que

lugar de bandido é na cadeia. Benesses vai ter o trabalhador honesto, as pessoas hipossuficientes que precisam de benefício, mas não os criminosos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa dos Vereadores de Reserva do Iguaçu, Luizinho Zanon e Adir França, e do Vereador de Santa Mariana, Sr. Tonhé, por solicitação do Deputado Adão Litro; também do Presidente da Câmara de Porto Vitória, Vereador Kastor, a pedido do Deputado Matheus Vermelho. Sejam bem-vindos. Próximo orador... Deputado Arilson, V.Ex.^a está com pressa hoje. Próxima oradora, Deputada Márcia Huçulak.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde, Sr.^{as} Deputadas e Deputados. Hoje subo à tribuna para falar do meu Projeto que passou em primeira discussão ontem, do telessaúde. Hoje também comemoramos 33 anos de regulamentação do SUS no Brasil. Subo a esta tribuna para tratar de dois temas que me são muito caros e que representam a base do meu trabalho no setor público há mais de 36 anos: o cuidado das pessoas. A data de hoje une duas pautas que são diretamente interligadas, como é comum na complexa rede de atendimentos na área de saúde. Refiro-me aqui ao telessaúde e a regulamentação do Sistema Único de Saúde, o nosso SUS, como o conhecemos hoje, que embora criado na Constituição de 1988 só veio a ser regulamentado dois anos depois, em 19 de setembro de 1990. Com muita satisfação, vimos ontem a aprovação da primeira discussão do meu Projeto de Lei de telessaúde que apresentei nesta Casa. Quero aqui agradecer a aprovação unânime dos 46 Deputados presentes na sessão, bem como de todas as colaborações que recebi ao longo da tramitação deste Projeto. A regulamentação, que pode parecer apenas uma burocracia legislativa, traz, no entanto, a segurança jurídica necessária tanto para os operadores e profissionais de saúde quanto para a população em geral. Beneficiará, afinal, e mais importante, essa legislação. A telessaúde traz inúmeros incrementos, reduz filas, poupa tempo dos usuários e das equipes e promove mais eficiência a todo o processo de atender as pessoas. Com a nova legislação, o Paraná assegura os princípios éticos para os profissionais e zela pela segurança, privacidade, confidencialidade e integridade dos dados dos pacientes, a exemplo

do que ocorre nos serviços presenciais. Importante deixar claro que os serviços a distancia não eliminam os serviços presenciais. Ao contrário, eles se somam. O bom uso da tecnologia qualifica os atendimentos e permite que os casos mais graves tenham prioridade no atendimento presencial. Mais um grande passo na evolução desse Sistema Único de Saúde, que é exemplo para o mundo e cuja regulamentação completa hoje 33 anos. Foram enormes avanços, mas ainda são muitos os desafios para que o SUS tenha o necessário desenvolvimento diante das crescentes demandas da população. Recentemente, o Ministério da Saúde incluiu o telessaúde como um dos pilares da sua gestão nacional, prova da relevância das ações implantadas em Curitiba nos últimos anos, que digo, com orgulho, sob a minha gestão. Que o telessaúde traga os benefícios que a população tanto precisa. Viva o SUS hoje e sempre! Obrigada. Quero aproveitar este minuto final que eu tenho, Sr. Presidente, também para destacar na data de hoje, juntamente com o Deputado Tito Barichello, nesta semana que nós comemoramos a *Semana Nacional do Trânsito*, realizamos uma Audiência Pública para debater a violência no trânsito. Poucas pessoas pensam nisso, mas a maior causa de internação nos hospitais de Curitiba, de todo o Paraná e do Brasil, hoje, são os acidentes, que causam muitas mortes e que levam a muitas internações. Quem mais ocupa leitos, hoje, no Sistema Único de Saúde, são as mortes por acidentes e violência. E essa é uma pauta que precisamos discutir nesta Casa. São quase 10 mil óbitos por ano por acidentes no Estado do Paraná. Estamos falando da terceira causa de morte no Paraná por acidente e violência interpessoal, e essa é uma atitude que precisa mudar o estilo de vida das pessoas. Se não houver a consciência de cada cidadão e cidadã neste Estado do Paraná, neste País, teremos mais mortes que muitas guerras no mundo afora. Então, faço um alerta hoje para que este *Setembro Amarelo* não seja só um mês no calendário da Assembleia Legislativa, mas seja um mês que venhamos debater... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Márcia, um minuto para concluir.

DEPUTADA MÁRCIA HUÇULAK (PSD): Essa é uma importante ação que precisamos ter nesta Casa, Sr. Presidente, como também protagonista, junto aos órgãos públicos, junto à sociedade, para que enfrentemos isso e mudemos esse quadro neste Brasil. Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Paulo Gomes.

DEPUTADO PAULO GOMES (PP): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados e telespectadores que nos acompanham através da TV da Assembleia. Primeiramente, quero agradecer aos que participaram da primeira Audiência Pública do trabalho que estamos fazendo da propositura do que será o Código Estadual de Defesa do Consumidor. Na verdade, tecnicamente, a consolidação das leis já aprovadas em defesa do consumidor, cerca de 90, e mais 15 Projetos de Lei que vamos analisar neste grupo. Posteriormente, será oficialmente instalada pelo Presidente da Assembleia a Comissão Especial. Quero fazer um convite aos Sr.^s Deputados para participarem da segunda Audiência Pública que será realizada amanhã, às 14 horas, aqui na Assembleia Legislativa, no Plenarinho, onde teremos a participação do Conselho Regional dos Nutricionistas da 8.^a Região, através da sua Presidente Cilene Ribeiro. O encontro também contará com a representante da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, a Seab; a Secretaria Estadual de Saúde, a Sesa; a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba; do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, o Idec; e do Ministério Público do Paraná, dentre outros. Amanhã, vamos discutir a questão da alimentação nas escolas públicas e privadas do Estado do Paraná, discutiremos a questão dos alimentos ultraprocessados. E, também, pretendemos modificar uma lei apresentada e aprovada pela Assembleia Legislativa em 2005, que estabelece o modo em que as cantinas do Estado do Paraná devem ofertar os seus alimentos. Infelizmente, uma legislação pouco aplicada no Estado do Paraná, quase sempre desrespeitada e vamos tentar modificá-la. Na última semana, discutimos as fraudes bancárias. Quero agradecer aos mais de 200 participantes que estiveram na Assembleia Legislativa, praticamente todos os órgãos de imprensa do Estado do Paraná que fizeram a

cobertura. E agradecer aos Deputados Hussein Bakri, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco, Adão Litro, Márcia Huçulak e Ana Júlia, que estiverem presentes nesse encontro, além do Secretário de Justiça e Cidadania, o Dr. Santin Roveda. Nós teremos cinco Audiências Públicas, reforçando então que já fizemos semana passada a primeira, polêmica, que envolve as fraudes bancárias e as fraudes na consignação de empréstimos, sejam empréstimos fraudulentos ou empréstimos onde o consumidor não sabe efetivamente o que contratou. Pretendemos apresentar um Projeto de Lei que vai tratar da consolidação das leis do consumidor, mais ou menos dentro de 40 a 45 dias. Pedimos a todos os Deputados que têm Projeto de Lei na área de Defesa do Consumidor que nos procurem, como Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, porque estamos fazendo a aglutinação desses projetos, a incorporação de quase todas as ideias que defendem o consumidor. Temos projetos já parados na Casa há mais de cinco anos da Defesa do Consumidor, vamos tentar colocá-los em votação. Para finalizar então, ressaltando que amanhã, às 14 horas, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, teremos a segunda Audiência Pública, agora falando da área de alimentação. Fica o convite e eu espero, mais uma vez, poder contar com uma quantidade grande de pessoas para debater temas polêmicos que envolvem o consumidor, os seus direitos e os seus deveres. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Agora sim, Deputado Arilson, a tribuna é toda sua.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Boa tarde, Deputados e Deputadas, público que interage conosco. Hoje venho aqui falar sobre uma demanda que preocupa muito o Brasil e os 399 municípios paranaenses. Há uma questão meritória que os Prefeitos estão colocando sobre o FPM. Muitos reclamando que, inclusive, no mês de julho agora, o FPM veio menor do que o ano de 2022. E nós temos que cuidar disso. De fato são nos municípios, nas Prefeituras que existem os problemas que mais afetam a população de forma direta e mais precisam de resolução rápida. Por isso, o cuidado. Todavia, existem políticos oportunistas que querem distorcer a realidade e imputar a culpa no Presidente Lula. Precisamos trabalhar com a verdade e não com a manipulação e distorção da realidade. Já

vimos o que deu no passado distorcer a realidade. Primeiro, precisamos deixar claro que o volume repassado de FPM acumulado até julho de 2023 é maior do que o acumulado de julho de 2022. Aumentou em 6%. Mas, houve uma redução, sim, no mês de julho. E têm três causas que fizeram isso acontecer. A primeira delas é que os municípios, alguns deles, tiveram diminuição quanto ao censo demográfico do ano de 2002. A segunda delas é a atualização da tabela de imposto de renda, que fez, por conseguinte, cair a arrecadação de imposto de renda. E a terceira dela é a lambança fiscal eleitoreira que promoveu o Bolsonaro na tentativa de se reeleger no ano passado, e que fez também com que a economia agora sentisse o peso da irresponsabilidade fiscal do mesmo. Mas qual a culpa que o Lula tem na diminuição da população? Ou alguém aqui é contrário, ou melhor, é favorável que se cobre mais imposto de renda da população? Ao cobrar menos imposto de renda - uma decisão política do Presidente -, obviamente teve um repasse diminuído. E ainda: qual a culpa do Presidente na diminuição desse percentual? Nada. O Lula, em vez de brigar, que faz alguns outros, fez o correto: fez um Projeto de Lei que foi tramitado no Congresso, que está lá, para que os municípios que tiverem perda de população tenham de forma gradativa diminuído o repasse. E mais ainda: garantiu agora que nenhum município, ou seja, nenhum prefeito e nenhuma prefeita vai receber menos do que recebeu no ano de 2023. Isso é um Presidente voltado ao municipalismo, preocupado com as causas dos municípios. Aliás, foi o primeiro Presidente participar da marcha dos prefeitos e dialogar com essa realidade. O Governo Lula está fazendo a sua parte para assegurar os recursos para os municípios. Agora, quero fazer um contraponto: o que faz o Governo do Paraná para assegurar isso? Nada. E vou mostrar agora aqui com números que o prejuízo causado pela renúncia fiscal do Governo Ratinho é inúmeras vezes maior do que o Governo Federal nesse episódio. Para se ter uma ideia, no ano de 2019, a renúncia fiscal no Paraná girava em torno de R\$ 10 bilhões; caminhou para o ano de 2021 a 11; em 2022, 17 bi; e para 2024 o número é de 20 bilhões. Em seis anos mais que dobrou a renúncia fiscal. Em 2024, os municípios vão deixar de receber do Paraná 6,6 bilhões. Repetindo, 6,6 bilhões por conta da renúncia do ano de 2024. Ratinho

beneficia alguns, sem discutir com os municípios. E, ainda, não consulta os prefeitos e não entende que 25% do ICMS e 50% do IPVA, que estão contidos nessa renúncia, são de poder das cidades. Para se ter uma ideia, fiz um comparativo aqui de quatro cidades, uma de pequeno porte, uma de médio porte e duas grandes. A cidade de Ourizona, que é minha terra natal, vai perder com a renúncia fiscal do Ratinho 2,4 milhões. São 1,8 milhão para o FPM e 600 mil para o Fundeb. Isso significa R\$ 670,00 a menos para cada habitante de Ourizona por conta da renúncia fiscal do Ratinho. A cidade de Apucarana, cidade que moro hoje e nasceram meus filhos, vai perder, com a renúncia do Ratinho, R\$ 44,6 milhões. Isso é 22 milhões para o FPM e 22 milhões e meio para o Fundeb. A cidade de Londrina, nossa *Capital do Café*, vai perder R\$ 168 milhões, 99 milhões em repasse para o FPM e 75 para o Fundeb. Ou seja, a renúncia, como vínhamos falando lá atrás, sem ter um acompanhamento, uma medida para receber o retorno que ela está dando ao Estado está fazendo mal aos municípios. Mas, não vejo ninguém de prefeitos cobrar do Governador Ratinho Júnior com a mesma firmeza e ênfase que cobraram do Governo Federal, muito pelo contrário, e eu aqui quero fazer um debate, um debate da necessidade de revermos a renúncia fiscal no Estado do Paraná. Não se pode imaginar que isso aconteça e não tomemos providências. Nós do Paraná temos que entender que 12% dessa arrecadação que é renunciada teria que ir para a saúde, o que equivale renunciar R\$ 1,5 bilhão em 2024. Vai deixar de se investir na saúde do Paraná 1,4 bi por uma escolha política do Governo do Paraná. Na educação, que é obrigatório investir 25% do arrecadado, o Paraná vai perder R\$ 5 bilhões em renúncia fiscal. Olha só, em uma renúncia de 20, 5 bilhões a menos vai deixar de ser investido na educação. Isso significa condições precárias de políticas, de prestação de serviço à comunidade; significa menos policial na rua; significa menos remuneração para os professores, para as professoras; significa menos Estado e mais mercado. Então, quero deixar claro que, enquanto o Lula está fazendo alguma coisa, que está preocupado com a queda de arrecadação dos municípios, o Paraná segue o caminho contrário, aumentando a renúncia e tirando o dinheiro das prefeituras. Temos que ter isso bem colocado. Não é fazer aqui um jogo entre o Governo

Federal e o Governo Estadual, mas deixar claro aqui que um de verdade é municipalista e está preocupado e o outro está gastando, renunciando receita e fazendo uma devassa. Um exemplo: a renúncia feita pelo Governo do Estado em 2024 equivale a quatro Copel vendidas, e nós começamos aqui no Estado do Paraná. Nós não porque graças a Deus fui contra vender empresa pública por conta de renúncia malconduzida, mal fiscalizado o retorno. Não sou contra renúncia de receita, desde que dê retorno para a sociedade. Pequenas empresas não estão na lista. Semana que vem, vou trazer a lista dos 100 maiores que recebem renúncia fiscal. Eles acumulam aumentos de 4 a 6, a 7 bi nos anos e são os mesmos. E os pequenos empreendimentos do Paraná? E o interior do Paraná que tem dificuldade com logística e precisa de incentivo fiscal? O incentivo fiscal aqui tem classe. O incentivo fiscal aqui no Paraná, o benefício fiscal tem endereço. E, olha, vou deixar uma coisa aqui para muita gente fazer um esforço, tem até relação de renúncia fiscal com doador de campanha, Maurício Requião. Tem relação estrita, plausível, palpável, documentada. E vamos fazer um debate, a partir de agora, o que está acontecendo na renúncia fiscal do Ratinho, a renúncia fiscal mais alta do Sul, a terceira renúncia fiscal mais alta do Brasil. E, com certeza, a primeira a não ter nenhuma fiscalização, a primeira e não ter um contraponto se está sendo tão benéfica assim para o Paraná. Os prefeitos amargurados, e com razão, perdendo dinheiro por esses entraves do IBGE, da mudança do imposto de renda e pelas travessuras provocadas pelo Bolsonaro, na gestão passada, com relação ao dinheiro do Governo Federal, mas 10, 15 vezes mais perdem dinheiro com a imprudência gerencial do atual habitante do Palácio Iguaçu. Não dá para acreditar que esta Casa não vai fazer nada com a renúncia. Semana que vem e na outra, mais detalhes... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, um minuto para concluir, por favor.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... mais detalhes da relação renúncia fiscal e companheiro e camarada de campanha.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas, Deputadas, Deputados e todos que nos acompanham aqui na *TV Assembleia* e demais mídias. O colega Deputado Arilson, Presidente do PT do Paraná, encerrou a fala dele com: “Não dá para acreditar”. Realmente, Arilson, vou pegar essa sua frase “não dá para acreditar”, como o senhor tem a cara de pau de ir naquela tribuna e defender o ex-presidiário, que é indefensável, pelo desgoverno que vem fazendo aqui, e criticar o Governador Ratinho Júnior. Vamos falar um pouco do Paraná. O Paraná está com saldo positivo em abertura de empresas, em arrecadação, em geração de empregos, em investimento na segurança, na educação, na saúde. Não falta dinheiro em lugar nenhum no Paraná porque é uma gestão enxuta e correta, muito diferente da gestão do Governo Federal, que tudo está dando errado e eles têm que achar algum culpado: ou é Bolsonaro, ou é o clima. *Ah, não sei o quê!* Na verdade, a única verdade que tem é que no Paraná o Governo tem responsabilidade e honestidade e uma equipe enxuta, e o Paraná está indo muito bem, obrigado, acima da média do resto do Brasil! Então, isso prova o resultado bom do Paraná. Agora, Deputado Arilson, vou te dizer por que o Brasil está mal no Governo Lula. O Lula não é municipalista, o Lula é um sujeito que não respeita o Brasil, não respeita a nossa bandeira verde e amarela, não respeita o dinheiro público. Em sete meses, foi o Presidente que mais gastou no cartão corporativo, mais do que o dobro dos outros presidentes. Foi o que mais gastou em viagens e vai passar lua de mel quando viaja. Pega o melhor hotel, a melhor suíte, paga 100 mil, 200 mil a diária, não está nem aí com o povo e com o dinheiro público. E ainda temos que ouvir aqui o Presidente do PT querer defender esse sujeito, que não merece nenhum respeito de nenhum brasileiro de bem. Vou ler aqui um pouquinho, porque o Deputado Arilson, como qualquer pessoa do PT, fala em números, porque Lula está fazendo isso, mas não falam o que estão fazendo, o que está fazendo e o que aconteceu, porque nunca vai acontecer, porque divulgam mentiras para lá e para cá e vivem disso, a vida inteira vivem disso. Vamos lá, uma matéria importante que saiu aqui: *Com Lula, gastos do*

*governo crescem 84,7 bilhões no primeiro semestre. Gostaria que os Deputados do PT escutassem isto: No primeiro semestre, os gastos do Governo Lula e a sua quadrilha cresceram 84,7 bilhões. Óbvio que não vai ter dinheiro para pagar para prefeito, não é? Óbvio que o Lula está gastando tudo. Após oito anos no vermelho, contas do Governo Jair Bolsonaro fez história, tendo superávit de 54,1 bilhões em 2020. Olha a diferença: Bolsonaro deixou superávit de 54,1 bilhões. Isso é respeito com o dinheiro público, isso é ter respeito com os municípios e estados brasileiros. Ou seja, os gastos do Governo Bolsonaro foram menores do que a arrecadação. Hoje, o atual mandatário violenta o brasileiro com o aumento de impostos, aumento de taxas e promessa de empréstimo a ditaduras socialistas. É isso que o Lula tem feito, ele gasta desenfreadamente e aí aumenta imposto para o povo pagar mais e cobrir o rombo que ele está deixando. E ainda promete emprestar dinheiro para ditaduras socialistas, que massacram o povo, Venezuela, Cuba e outras. Fora isso, com o Lula, gastos crescem 84 bilhões no primeiro semestre. Isso sem mencionar que o Orçamento já vem adaptado a um aumento de 169 bilhões das despesas propiciadas pela Emenda Constitucional n.º 126, resultante da PEC de transição. Com o aumento das despesas, o déficit previsto para 2023 será – pasmem - de 232 bilhões. Esse é o déficit que o Lula vai deixar este ano. É um rombo de 232 bilhões. Aí vem o Arilson falar *mi-mi-mi*, que o Lula é municipalista e que o dinheiro está faltando por culpa do Bolsonaro. Ora, tenham vergonha na cara! Aqui são números oficiais. Vocês estão quebrando o Brasil, saqueando o Brasil. E vou continuar dizendo o seguinte também, que não vai parar por aí o rombo. O Brasil não está pior porque ainda tem um resultado positivo do Governo anterior, Governo Bolsonaro. E vocês, Prefeitos, acho que foi a primeira vez que os Prefeitos do Brasil inteiro fizeram uma greve, porque não tiveram o repasse do FPM. Isso aí é um desrespeito à população de cada município. O Lula gastou o dinheiro que era dos municípios. Vergonha desse Governo que está quebrando o Brasil. E aí tive ontem um colega, Deputado Romanelli, defendendo a economia do atual Governo. Ora, isso aí, realmente, não sei de onde estão tirando essas informações! Vamos ver aqui o seguinte, o que está acontecendo aqui de acordo com uma matéria da *Gazeta do Povo*: A*

quantidade de pedidos de recuperação judicial no Brasil cresceu 55,8% nos sete primeiros meses de 2023, em comparação ao mesmo período do Governo Bolsonaro. Então, no Governo Bolsonaro não tinha quase nenhum pedido ou tinha o normal, aumentou...

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Deputado Arruda, o senhor me daria um aparte depois?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Dou sim. Aumentou em 55,8%. Para quem não entende, recuperação judicial é uma medida cabível para a empresa não falir, o que ia prejudicar os donos da empresa, os empregados, os fornecedores, enfim. Somente em julho foram registrados 102 pedidos, uma alta de 82,1% em relação ao mesmo período do Governo anterior. Então, não dá para comparar um Governo enxuto e honesto como era o Bolsonaro, que tinha 22 Ministérios, com um Governo de um decrépito ex-presidiário que está vendendo o Brasil como sempre, com conchavo político, 38 Ministérios, acabando com o dinheiro público. E o povo que vai pagar a conta com aumento de imposto, aumento de combustível, aumento de tudo. E deixar uma informação clara ao Deputado Arilson: Quando o Bolsonaro abaixou o imposto, foi a maior arrecadação que o Brasil teve, porque quando baixa imposto sobra mais dinheiro para o povo gastar e aquece a economia. Então, não tem nada a ver com baixar imposto. Governo competente e que respeita o povo baixa o imposto e deixa sobrar mais dinheiro para o povo, para o povo consumir o que ele quer, o que ele precisa, e ele consumindo está aumentando a arrecadação e gerando emprego e renda no País. Essa é a diferença de um Governo competente para um Governo incompetente e desonesto como este Governo do Lula. E quando vi aqui... Bom, nem vou entrar mais nesta parte de economia, porque já vemos que o Brasil está indo para um buraco sem fundo, não dá para comparar os números de um Governo ou de outro Governo. Mas, fica aqui o nosso desprezo, a nossa indignação com este atual Governo, que vem destruindo o País e usa os Parlamentares no Brasil inteiro do PT para defender o indefensável, falando ideias, promessas que nunca serão cumpridas. Na verdade é o seguinte, o rombo no Brasil hoje passa de 200 bilhões. Por isso falta dinheiro na saúde, falta na segurança pública, falta na educação,

falta dinheiro para pagar o FPM dos municípios. Isso é má gestão deste Governo larápio que está no poder. Delegado Deputado Tito.

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Parabéns pelas palavras, Deputado Arruda. E é um exercício teratológico comparar Luiz Inácio Lula da Silva com o nosso Governador Carlos Massa Ratinho Júnior. Um descondenado, criminoso que, em virtude de um exercício processual inimaginável, conseguiu anular todos os processos da Lava Jato. Apenas alguns dados aqui. O Estado do Maranhão, do seu Flávio Dino, pagou 6 bilhões de tributos federais em 2022 e recebeu 21, 14 de saldo, enquanto o Paraná, que trabalha, de gente que trabalha, pagou 61 e recebeu 20. Deixaram 40 bilhões para sustentar estados governados pelo PT. A Bahia, por exemplo, tem mais pessoas com *Auxílio Brasil*, que é o *Bolsa Família*, do que trabalhando, ao contrário aqui do Estado do Paraná. Também aproveito o ensejo para parabenizar meu Bispo Rafael Querido, da Igreja Alvo Church, que está de aniversário na próxima sexta-feira. Um grande abraço, meu Bispo.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Obrigado, Delegado Tito. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Para concluir, acho que os números que deixei aqui são muito claros e mostram claramente a verdade da situação do País. Os números não mentem e estão aí. O Governo PT mais uma vez dilapidando o patrimônio público, gastando com farra, com desvio de verba, enfim. Já tem Ministro sendo investigado! Aí um foi ser investigado e o Barroso proibiu, falou que não poderia fazer busca e apreensão na casa dele. É assim que este Governo trabalha, este desgoverno trabalha. Agora, quanto a um Projeto de Lei do Deputado Renato Freitas que quer garantir passagem de ônibus gratuita a preso que ganhar a liberdade aqui no Paraná, isto é um absurdo, é inconstitucional e vou na mesma linha do Deputado Delegado Tito: Lugar de bandido é na cadeia. Privilégio para bandido, zero! (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Então, vamos lá. Este Projeto não será aprovado aqui porque é inconstitucional e é uma vergonha. Este PT adora defender a bandidagem. É incrível isso!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Deputado Cobra declina. Deputado Gugu Bueno.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, pela ordem. Senhor Presidente, pela ordem, antes de o Deputado Gugu falar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Só queria registrar aqui. Lendo a repercussão da fala do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que fez um belíssimo pronunciamento hoje na Organização das Nações Unidas, que o Brasil sempre tem o privilégio, por uma tradição, de inaugurar a Assembleia Geral, e o Presidente Lula abordou quatro eixos temáticos importantíssimos mundialmente. Há de se registrar que hoje o Brasil é protagonista de um debate mundial dos principais temas que são tratados, e o Presidente Lula reinseriu o Brasil em um cenário de debate mundial. Estou fazendo este registro porque entendo que na nossa República precisamos destacar as questões positivas, basta ver os exemplos aqui do Paraná, onde o nosso Governador Ratinho Júnior tem feito missões internacionais extremamente importantes para o Estado do Paraná. Os governantes têm que dialogar, essa é uma função precípua de um governante. E penso que o debate político é importante e interessante, mas há que se reconhecer, basta ler o que saiu na mídia hoje, a grande repercussão em relação à fala e ao posicionamento do Brasil na ONU. Agora, é claro que muitos não concordam, e temos que reconhecer que a divergência faz parte da democracia, é importante isso, que haja divergência. Mas, indiscutivelmente, há que se reconhecer esta postura de estadista que o Presidente da República manifestou hoje na sede das Organizações Unidas.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Presidente, pela ordem, bem rapidinho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela ordem.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): O Deputado Ricardo Arruda fica pegando no pé do Presidente Lula. Tem que entender que o Presidente também está em lua de mel e tem que levar a Janja para os locais. É recém-casado e temos que entender esta parte também, não é? O Ricardo Arruda não sei se faz tempo que casou e não lembra da lua de mel, que precisa ter, não é, Presidente?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Pela ordem, Presidente. Acho que lua de mel tem que ter, não com o dinheiro público. Agora, o Lula esqueceu de falar na ONU que o Brasil teve o maior índice de queimadas de todos os tempos agora no Governo dele. Então, o Lula mente no Brasil, mente fora do Brasil, ele não tem compromisso...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, isso não é questão de ordem.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... ele não é estadista...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Usando questão de ordem para fazer discurso político?

DEPUTADA MARLI PAULINO (SD): É verdade, Presidente. Acho que não precisamos estar aqui ouvindo todas essas coisas, essas barbaridades. Acho que estamos aqui para trabalhar, não para ficar discutindo essas coisas.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): O Romanelli não poderia ter falado então também. Então, tem que ter equilíbrio. Se o Romanelli quer falar, pegue horário lá na tribuna.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Acho que houve exagero na solicitação pela ordem. Deputado Gugu Bueno, por favor.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, se for o caso, inscrevo-me aqui no horário do PSD, para falar como Líder do PSD.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência já fez o discurso, Deputado Romanelli. Agora...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): É que, na verdade, a verdade dói, Excelência. Esse que é o fato concreto.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): A mentira dói.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Gugu Bueno, por favor, com a palavra.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Senhor Presidente, minha saudação. Farei uso da palavra no horário da Liderança do Governo, Sr. Presidente, para fazer aqui uma breve reflexão. Domingo à noite, eu e o Deputado Batatinha vínhamos para Curitiba e no aeroporto encontramos um Vereador de Lucas do Rio Verde, e o Vereador nos perguntou, Deputado Pacheco, durante a nossa conversa, o que estava acontecendo no Paraná, este momento tão bom que o Paraná vive, as boas notícias que lá chegam do nosso estado em todos os âmbitos, na economia, social. E ele muito interessado para saber, depois que identificou que éramos Deputados, o que estava acontecendo no Estado do Paraná. E relatei a ele, Deputado Pacheco e Deputado Batatinha, falei: *Olha, vou exemplificar o que foi a sexta-feira do nosso Governador Ratinho Júnior. Vou desenhar a você um dia do nosso Governador, porque talvez consigamos dar a dimensão exata do tamanho do que está acontecendo no Estado do Paraná.* Na sexta-feira, tivemos a honra de ter o Governador Ratinho Júnior lá no Oeste do Paraná e pude acompanhá-lo em alguns municípios. Começamos a nossa sexta-feira com o Governador sendo homenageado pelo programa *Descomplica Rural*. Os produtores rurais homenagearam o nosso Governador por esse projeto fantástico, que busca agilizar o licenciamento ambiental no campo. Depois, houve a comemoração dos dois anos do programa *Renova Paraná*, um programa fantástico, onde o Governo do Estado subsidia o juro para que o nosso produtor rural possa fazer um investimento em energia limpa, em energia renovável na sua propriedade rural. Nesses dois anos de programa, foram mais de 6 mil projetos atendidos. Estamos falando de um investimento de mais de R\$ 1 bilhão e 200 milhões por parte do

Governo do Estado para subsidiar esse juro, para possibilitar que o nosso produtor rural possa colocar lá uma usina fotovoltaica, assim por diante. Saímos de lá e fomos à cidade de Cascavel... Isso tudo na cidade de Toledo. Lá estava o Deputado Marcel Micheletto, o Deputado Batatinha e o Deputado Marcio Pacheco. Tivemos a alegria de entregar quase 300 casas populares em Cascavel. Vivemos o maior programa habitacional do Brasil aqui no Estado do Paraná. Foram entregues, nestes quatro anos e meio, quase 45 mil casas populares no Paraná. Quarenta e cinco mil casas populares! Onde o Governo do Estado subsidia e auxilia com o valor de R\$ 15 mil por família, para que o cidadão paranaense possa fazer a aquisição da sua casa própria. A alegria daquelas famílias que lá em Cascavel tiveram um dia histórico da sua vida ao receber a casa popular é algo que fica marcado na nossa história para sempre. Ver a emoção, ver os olhos cheios de lágrimas. É de fato um momento muito especial e que o nosso Governador gosta muito da entrega dessas casas. À noite, participamos da formatura de mais de 350 policiais militares no Estádio Olímpico Regional. Uma noite linda, fantástica e também histórica. Vivemos neste momento a maior contratação da história do Paraná de policiais militares, foram mais de 2 mil 485 policiais militares contratados. Um momento único na história da segurança pública do nosso Estado. E quando relatava isso ao Vereador de Lucas do Rio Verde, evidentemente que disse a ele no sentido..., falei: *Olha, esta sexta-feira é um dia na vida do nosso Governador Ratinho Júnior*. Mas, podem ter certeza de que os dias do nosso Governador sempre são de boas notícias e de boas ações, e isso demonstra o bom momento e o momento que o Estado do Paraná está vivendo. Mas, ao ouvir alguns discursos da tribuna do lado de lá, às vezes fico um pouco confuso, porque as falas que vêm do lado de lá dão conta de um Paraná em que nada está certo, que está tudo errado, um Paraná negativo, um Paraná que só tem problemas, um Paraná que não tem nada de bom. Hoje, por exemplo, o nosso querido Deputado Arilson teve a criatividade de nos contar que, neste momento de queda de arrecadação, neste momento onde os nossos Prefeitos estão sofrendo – vocês como Deputados municipalistas sabem muito bem disto – com a falta de recursos pela queda de arrecadação, quis ele nos contar que o

Presidente Lula tem feito muito pelos nossos municípios, e que é o nosso Governo Ratinho Júnior que não tem feito nada pelos municípios. E disse ele, ainda indignado, cobrando por que os nossos Prefeitos não reclamam do Governador, só reclamam do Presidente Lula. Por uma questão óbvia, simples e lógica: eles reclamam daquilo que lhes faz falta. E o que faz falta, hoje, aos nossos municípios do interior do Paraná é a presença do Governo Federal. Não tem um prefeito dos 399 municípios do Estado do Paraná que não dará um testemunho, principalmente aqueles que já tiveram a experiência de já terem sido prefeitos em outros momentos do Paraná, de que jamais receberam tanto investimentos em seus municípios por parte do Governo do Estado. A prova disso será um grande evento que irá acontecer na semana que vem, com os 399 prefeitos, onde o Governador irá anunciar um repasse histórico, o maior repasse da história do Paraná para os nossos municípios. Esse é o Paraná real. Esse é o Paraná que dá certo. Esse é o Paraná que alcançou a quarta economia do Brasil. Esse é o Paraná que nos enche de orgulho. Quero dar o Aparte ao Deputado Pacheco.

Deputado Marcio Pacheco (REP): Deputado Gugu, quero apenas reforçar o início da fala de V.Ex.^a, quando se refere ao que foi a sexta-feira lá na nossa cidade de Cascavel. E não estamos falando daquelas obras que já estão acontecendo ou das que foram concluídas, como as obras extraordinariamente desejadas, grandiosas, que com a mão do Governador hoje são realidade, que é o caso do Trevo Cataratas, que é o caso da duplicação do Contorno Oeste inteiro, que é o caso da duplicação daquele trecho ali da Polícia Rodoviária Federal até perto do Show Rural Coopavel, perto do Trevo de São João, não. Falando exatamente de sexta-feira, onde estive lá, inclusive para ver a estrutura maravilhosa da nova delegacia cidadã, que V.Ex.^a esteve à frente, inclusive para viabilizar toda a liberação do recurso para aquela construção. A liberação daquelas 288 novas residências, novos lares, com as pessoas chorando, se emocionando de poderem ter a sua casa, o seu lar, para falar: *Isso aqui é meu. Não preciso ficar me preocupando com o aluguel do mês que vem.* E ver acima de tudo, não menos importante, aquela outra grande conquista, que V.Ex.^a também tem a sua participação, junto com o Prefeito Paranhos, com a nossa atuação, que é o que

resultou na formação, na região Oeste, de mais de 300 policiais militares, sendo deles 191 pela 3.^a EsFAEP, que é a Escola de Formação de Praças da Polícia Militar, que teve um papel importante. O Prefeito Paranhos e V.Ex.^a também ajudaram. Então, uma formatura realmente emocionante também no Estádio Olímpico de Cascavel e que nos deixou muito honrados. Então, quero apenas reforçar realmente esse olhar, essa atenção do Governo com o Estado do Paraná, mas neste caso, de maneira especial, com a região Oeste, sobretudo com Cascavel. Obrigado pelo Aparte, Deputado. Conte comigo, estamos juntos. Deus abençoe a todos, abençoe o nosso Governo e que continue nessa pegada, porque o Paraná só está ganhando com isso.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Obrigado, Deputado Pacheco. Quero também, aqui da Liderança do Governo, deixar registrado nos Anais desta Casa as congratulações a V.Ex.^a pela sua luta para a criação da 3.^a EsFAEP lá na cidade de Cascavel. Acho que sexta-feira todos nós lá estávamos emocionados. É muito bacana você ver a concretização de um sonho e, sem dúvida nenhuma, ter lá a EsFAEP formando praças e oficiais na cidade de Cascavel é a realização de um sonho, principalmente quando pensamos na segurança pública do Oeste do Paraná.

Deputado Cobra Repórter (PSD): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Pois não, Deputado Cobra.

Deputado Cobra Repórter (PSD): O Governador também esteve em Londrina e, assim como você falou que entregou as casas em Cascavel, entregou também mais de 280 apartamentos, com a presença do Deputado Tercilio Turini, na cidade de Londrina. Fez a entrega também de mais de 800 unidades de casas populares na cidade de Arapongas. Por onde o Governador passa é muita gente. O Governador está com um discurso bom, uma pessoa que tem conhecimento. Fez um discurso, ontem, na Sociedade Rural de Londrina, que emocionou a todos. Então, realmente, é um Governador que está fazendo a diferença, porque tem trabalhado bem.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Parabéns, também, Deputado Cobra. Então, Sr. Presidente, encerro minha fala dizendo isto: que a sexta-feira do nosso Governador demonstra muito o que é o nosso Governo. O nosso Governo é um Governo de realização, é um Governo que está transformando o Estado do Paraná. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Perfeitamente, nobre Deputado Gugu Bueno, exercendo a função de Líder do Governo. O próximo orador inscrito é o Deputado Líder da Oposição, Requião Filho.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Agora que o senhor está na Presidência, podemos comentar os assuntos que estávamos comentando aqui?

SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Claro, Excelência. Democracia é o que vige neste Parlamento. Aqui todas as opiniões são muito bem-vindas.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Meus caros colegas, fico imaginando qual seria o alvoroço deste Plenário se eu subisse aqui todo dia e chamasse o Governador de bandido, dissesse que seus Secretários são uma quadrilha, um bando de vagabundos. Vocês já imaginaram como iria ficar o clima aqui no Plenário? Já pensaram nisso? Se eu resolvesse baixar um pouquinho o nível da discussão? Passar a chamar todo mundo de ladrão? Transformar isto aqui em um *show de horrores*, em um circo? Seria fácil: denúncias de corrupção temos, já fizemos; denúncia de propaganda enganosa temos, já fizemos; críticas ao Governo Ratinho tenho e muitas, inclusive sou completamente avesso à versão da realidade que o Deputado Gugu Bueno apresentou da outra tribuna. Agora, peço aos senhores e peço à Mesa para levar isso em consideração. O Deputado Romanelli conversava conosco outros dias dizendo que temos que tomar um cuidado aqui para não..., permitam-me a palavra, não *avacalhar* o debate. Acho que estamos quase lá. Estão mostrando na televisão, nas redes sociais que é difícil manter o nível do debate. Agressões pessoais, agressões à família, à esposa. Não vejo defesa de ideias, defesa de ideologia, de Projetos. Vejo agressões e mais agressões. Então, pensem, senhores, seu eu subir aqui e

começar a chamar os senhores da base de quadrilheiros porque não gosto do Governador Ratinho, não gosto do seu Governo e das suas decisões, que acho ele um perdulário, acho ele um moleque. Já imaginaram como vai ficar isto aqui? Aqui devemos respeito ao Parlamento, devemos debater ideias, fazer críticas e apresentar propostas. Já tivemos discursos aqui, inclusive de minha parte, indignados, onde elevei o tom, sim, mas são exceções que tornam a regra desta Casa aqui necessária. Gostaria que os senhores pensassem um pouquinho e refletissem: Qual é a imagem que esta Casa passa para fora, quando é esse o nível do debate? Não vejo, Deputado Gugu Bueno, dessas 45 mil casas que o senhor falou, que V.Ex.^a falou, uma delas que tenha sido erguida pelo Governo Ratinho. Todas elas serão pagas através de financiamento, e cada uma daquelas pessoas que deixaram de pagar o aluguel irá pagar as prestações da sua casa própria. Inclusive aqui no Paraná, a casa popular, nos anos 2000, era muito mais barata do que o *Minha Casa, Minha Vida* do Governo Federal, e hoje é mais cara ou no mesmo preço. Então, fico imaginando o brilho nos olhos daquelas pessoas imaginando: *Meu Deus do Céu, recebi a chave em um grande evento político, em uma cerimônia política*. E daqui para frente é boleto atrás de boleto, que parece uma Bíblia. É pagar a luz mais cara do Brasil; é pagar a água mais cara do Brasil; é pagar a parcela daquela casa; e é pagar de volta os R\$ 15 mil, porque não foi dado de presente. Então, não vejo esse Paraná. Rodo o Paraná, Deputado Arilson, assim como a maioria dos senhores, de carro, pelas estradas abandonadas. Vejo buracos, vejo acidentes, vejo falta de sinalização e não vejo o asfalto das propagandas. Vejo nos municípios do Paraná Prefeitos hoje calados, mas tenho certeza de que em 2025 o discurso será outro. Final de mandato, caneta vazia, a realidade virá à tona. Vejo no Paraná asfalto distribuído *a torto e a direito*, mas não vejo investimentos de verdade na área da educação. Não vejo investimentos de verdade na área de infraestrutura, saneamento ou outros tantos que precisamos ver para ter um Paraná mais justo. Vejo o pessoal falando do Plano Safra, do CAR. Espera aí, o Paraná tem mais de 500 mil pedidos do CAR, Deputado Reichembach, nem 10% foi analisado e foi concedido. E essas pessoas irão perder dinheiro, pois não estarão aptos, por não estarem inscritos no CAR, a

receber descontos no Plano Safra do Governo Federal. E tenho minhas ressalvas com o Plano Safra, porque quase 70% do Plano Safra foi para grandes produtores, e os pequenos produtores, os médios produtores, a agricultura familiar, esses que mais precisam, terão apenas um pedaço mínimo do Plano Safra. Então, onde tem erros, temos que apontar os erros e cobrar as soluções. E por falar em estradas, quero lembrar aos Sr.^s Parlamentares que uma obra de R\$ 21 milhões no Contorno Sul, R\$ 21 milhões, Deputado Romanelli, para iluminar o Contorno Sul, a Amep, a antiga Comec, fez uma obra e o Contorno Sul à noite é mais escuro do que o site de transparência do Governo Estadual, não dá para ver nada. Vinte e um milhões de reais, uma obra para iluminar o Contorno Sul, que está às escuras, colocando em risco a vida dos motoristas e dos trabalhadores. Essa obra toda hora tem uma desculpa, parece a Linha Verde de Curitiba, e a culpa sempre é dos outros. Já dizia a minha avó, quando eu brigava com os meninos da escola, ela falava assim: *Filho, a culpa é deles e eles põem em quem eles quiserem*. E assim está o Contorno Sul de Curitiba, às escuras. Mas, a culpa é da empreiteira, a culpa é de quem roubou o cabo, a culpa é de todo mundo, menos do responsável pela obra. E hoje gerou até matéria na RPC. É assim que esta Casa deve ser levada, trazendo as críticas, apontando os erros e apontando as soluções. A indignação às vezes, Deputado Gugu Bueno, ela é santa. Cristo expulsou do templo a chicotadas os vendilhões, mas nunca pregou a violência, nunca pregou a agressão. E nós temos que tomar cuidado nesta Casa, porque esta Casa não pode baixar o nível do seu debate. Indignados, nervosos, irônicos, porque não, mas tem que ter um nível, porque senão vira uma guerra de bugio isto aqui, daí não vamos nos rebaixar, porque quando nos rebaixamos ao nível - e vou ter que tomar cuidado com a escolha das palavras aqui -, vamos perder, porque eles irão nos ganhar por experiência. Então, vamos manter o nível, vamos tentar discutir o Paraná, como alguém falou aqui agora há pouco, subiu à tribuna e falou: *Deputado Arilson, fale do Paraná*. E passou a agredir o Governo Federal durante 10 minutos. Nunca falou do Paraná. Vamos discutir o nosso Estado, é para isso que estamos aqui. Vamos apontar os erros, vamos fiscalizar, vamos comemorar

pequenas conquistas, mas vamos manter o nível, porque tenho certeza de que é o que a população do Paraná espera desta Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Peço ao Deputado Alexandre Curi, 1.º Secretário, que proceda à leitura de algumas Mensagens que acabam de chegar à Casa.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): Mensagem n.º 151/2023 (Projeto de Lei autuado sob o n.º 780/2023), que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação ao município de Paranacity, do Governador Carlos Massa Ratinho Júnior; Mensagem n.º 153/2023 do Governador Carlos Massa Ratinho Júnior (Projeto de Lei autuado sob o n.º 782/2023), que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação ao município de Bom Sucesso do Sul; Mensagem n.º 154/2023 do Governador Carlos Massa Ratinho Júnior (Projeto de Lei autuado sob o n.º 783/2023), que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação ao município de Piraquara; Mensagem n.º 155/2023 do Governador Carlos Massa Ratinho Júnior (Projeto de Lei autuado sob o n.º 784/2023), que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao município de Rolândia; Mensagem n.º 156/2023 do Governador Carlos Massa Ratinho Júnior, sobre a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal de comunicação - RICMS, em relação à base de cálculo às saídas interestaduais de suínos vivos realizadas por produtor rural; Mensagem n.º 152/2023 do Governador Carlos Massa Ratinho Júnior (Projeto de Lei autuado sob o n.º 781/2023), que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao município de Piraí do Sul. Era o que continha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Vereador de Telêmaco Borba, Sr. Klecius, por solicitação do Deputado Alisson Wandscheer. **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a

presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO); Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhrer (UNIÃO) **(50 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa:** Ney Leprevost (UNIÃO), conforme art. 97 inc. IV do § 3.º do Regimento Interno, e Do Carmo (UNIÃO), conforme art. 97 inc. IV do § 3.º do Regimento Interno **(2 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa:** Hussein Bakri (PSD), e Tiago Amaral (PSD) **(Parlamentares).]**

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 774/2023**, do Deputado Reichembach, que concede o título de utilidade pública à Associação dos Municípios do Vale do Ivaí Turismo, com sede no município de Apucarana; **Autuado sob o n.º 775/2023**, do Deputado Reichembach, que concede o título de utilidade pública ao Clube de Pesca Esportiva Marechal Rondon, com sede no município de Marechal Cândido Rondon; **Autuado sob o n.º 776/2023**, do Deputado Thiago Buhrer, que concede o título de utilidade pública à Sociedade Esportiva Real Apolo, com sede no município de São José dos Pinhais; **Autuado sob o n.º 777/2023**, do Deputado Goura, que reconhece o montanhismo como

patrimônio cultural imaterial do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 778/2023**, do Deputado Goura, que institui o Sistema Estadual de Trilhas do Paraná – Setrilhas/PR.

Projeto de Resolução: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o n.º 9/2023, da Comissão Executiva, que altera a Resolução n.º 17, de 14 de dezembro de 2016, que regulamenta a criação e o funcionamento das Frentes Parlamentares.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 564/2021, de autoria do Deputado Evandro Araújo, que estabelece diretrizes para implantação de políticas públicas estaduais destinadas ao desenvolvimento das potencialidades de educandos com altas habilidades/superdotação na rede de ensino pública do Estado do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Educação. Substitutivo geral da CCJ. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Requião Filho, Do Carmo, Moacyr Fadel, Márcia Huçulak, Gilson de Souza, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Reichembach e Delegado Tito Barichello; Emenda de Plenário n.º 2, dos Deputados Tercílio Turini, Requião Filho, Do Carmo, Moacyr Fadel, Márcia Huçulak, Gilson de Souza, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Reichembach, Paulo Gomes e Delegado Tito Barichello.)** **O Projeto recebeu Emendas e retorna à CCJ.**

ITEM 2 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 116/2023, de autoria da Deputada Marcia Huçulak, que dispõe sobre a prática da Telessaúde no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Substitutivo geral da Comissão de Saúde Pública com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar neste turno o Substitutivo Geral. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Presidente, o Governo encaminha voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como votam os Deputados Alisson, Deputado Batatinha e Cantora Mara Lima? Denian Couto votou, Marcel Micheletto, Maria Victoria. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (43 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Do Carmo, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Marcel Micheletto, Maria Victoria, Ney Leprevost, Samuel Dantas e Tiago Amaral (11 Deputados).*]
Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.**

ITEM 3 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 363/2023, de autoria dos Deputados Ney Leprevost, Delegado Jacovós, Mabel Canto e Marcio Pacheco, que cria a Campanha Estadual de Conscientização sobre a Herpes-Zóster. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Substitutivo geral de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o Substitutivo Geral. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os líderes? Votando.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha voto “sim”.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio*

*Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Do Carmo, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Marcel Micheletto, Ney Leprevost, Renato Freitas, Samuel Dantas e Tiago Amaral (10 Deputados).]* Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.**

ITEM 4 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 186/2022, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que altera o § 28 do art. 1.º da Lei n.º 253, de 2 de dezembro de 1954, para corrigir as divisas do município de Bituruna. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha voto “*sim*”, Sr. Presidente.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Anibelli, seu voto, Batatinha, Evandro Araújo. Deputado Paulo Gomes votando. Deputado Anibelli, com problemas? Vota “*sim*”?

DEPUTADO BATATINHA (MDB): Presidente, registre meu voto “*sim*”, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli

*Paulino, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (42 Deputados); **Votaram Não:** Luiz Fernando Guerra, Matheus Vermelho e Moacyr Fadel (3 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Batatinha, Cantora Mara Lima, Do Carmo, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Marcel Micheletto, Ney Leprevost e Tiago Amaral (9 Deputados).]* **Com 42 votos favoráveis e 3 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 186/2022. Quarenta e quatro votos, com os votos dos Deputados Anibelli e Batatinha, e três "não". Está aprovado o Projeto.**

Os Itens 5, 6, 8, 9, 10,11 e 12 faremos votações agrupadas por serem matérias correlatas.

ITEM 5 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 449/2022, de autoria do Deputado Marcel Micheletto, que concede o título de Utilidade Pública à Associação Risoterapia RH, com sede no município de Santa Helena. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 79/2023, de autoria do Deputado Batatinha, que concede o título de Utilidade Pública à ONG Vida Ação, com sede no município de São Miguel do Iguaçu. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 8 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 547/2023, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que concede o título de Utilidade Pública ao Centro de Recuperação Instituto Esperança. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 585/2023, de autoria do Deputado Matheus Vermelho, que concede o título de Utilidade Pública ao Instituto Emília, com sede no município de Barracão. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 10 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 599/2023, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o título de Utilidade Pública ao Centro de Convivência do Idoso de Moreira Sales, com sede no município de Moreira Sales. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 649/2023, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que concede o título de Utilidade Pública para a Comunidade Católica Emanuel - Projeto Bom Menino, com sede no município de Alto Paraná. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 707/2023, de autoria do Deputado Batatinha, que concede o título de Utilidade Pública à Entidade Beneficente Anjo da Guarda, com sede no município de Cascavel. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha o voto "*sim*".

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto "*sim*".

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, um comunicado para os Deputados e Deputadas que se interessarem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Amanhã, a partir das 9 horas, estaremos reunidos lá na Secretaria de Planejamento, em uma reunião técnica com Secretários de Fazenda dos grandes municípios do Paraná, discutindo os impactos da reforma tributária. Por que será lá, Presidente? Porque a nossa sala aqui da CCJ está em reforma e precisamos de um espaço para que as pessoas possam trabalhar ali, porque vai ser uma reunião técnica. No entanto, temos uma proposta - digo isso a todos os Deputados e Deputadas -, uma proposta da Secretaria da Fazenda da Prefeitura de Curitiba, que quer enviar uma proposta ao Senado, e os grandes municípios do Paraná também querem colaborar. Então, terá pelo menos sete, oito, até dez municípios que vão oferecer ali contribuições. Então, às 9 horas, no 4.º andar, na sala de reuniões da Secretaria de Planejamento. Todos, Situação, Oposição, todos estão convidados, porque é uma reunião técnica e uma reunião desta Casa, da coordenação da Frente Parlamentar que discute a reforma tributária.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson*

*Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Do Carmo, Gilson de Souza, Hussein Bakri, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Ney Leprevost, Renato Freitas e Tiago Amaral (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.***

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 492/2023, de autoria do Deputado Alisson Wandscheer, que dispõe sobre a inserção no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná da Expofazenda. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda.

DEPUTADO ALISSON WANDSCHEER (SD): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Alisson, para encaminhar? Pois não. Vou só fazer a leitura do Projeto. Dispõe sobre a inserção no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná da ExpoFazenda. Pois não, para encaminhar.

DEPUTADO ALISSON WANDSCHEER (SD): Senhor Presidente e Sr.^s Deputados, quero aproveitar e pedir o voto favorável de todos para aprovar este Projeto de Lei incluindo a ExpoFazenda no Calendário Oficial do Estado. E já aproveitando para convidar que amanhã se inicia esta festa, vai até domingo, onde vamos ter uma grande exposição agroindustrial, mais de 300 expositores. Esperamos um público de mais de 300 mil pessoas. E a Fazenda Rio Grande que é a cidade que mais cresceu no Paraná, a segunda que mais cresceu no Brasil e a 12.^a cidade do Paraná. Quero convidar todos a estarem presentes participando conosco na minha cidade desta grande festa, e também teremos a honra de estar

lá com a Assembleia Legislativa instalada, essa iniciativa do Presidente Traiano, do Secretário Alexandre, da Mesa Diretiva, que faz a diferença e consegue que a Assembleia se aproxime mais da população. Então, fica aqui o convite a todos e já solicitando o voto favorável neste Projeto de Lei.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votando, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha voto "sim", Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Do Carmo, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Marcel Micheletto, Maria Victoria, Ney Leprevost e Tiago Amaral (11 Deputados).]* **Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 492/2023. Deputado Anibelli vota, "sim"? Quarenta e quatro votos, com o voto do Deputado Anibelli. Está aprovado o projeto.**

ITEM 13 – Discussão Única Veto Total n.º 6/2023, ao Projeto de Lei n.º 7/2023, de autoria do Deputado Fabio Oliveira, que altera a Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA. Com relatório da CCJ considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Projeto altera a Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores. Para encaminhar, Deputado Fabio.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Obrigado, Sr. Presidente. Bem rapidamente, falando um pouquinho sobre a proposta, o Projeto de Lei. A Lei n.º 14.260/2003 deixa uma margem para que seja feita a cobrança tanto do proprietário anterior quanto do proprietário atual quanto às dívidas de IPVA. Com intuito de corrigir essa lei e unicamente tirar essa interpretação dúbia em relação à cobrança, o nosso esforço foi para que, de uma forma positiva em relação a isso, fosse tirada a sobrecarga do judiciário, a cobrança fosse feita de maneira correta, ou seja, do proprietário atual e que tem a dívida em relação ao IPVA. E também considerando que o Governo do Estado tem perdido as ações uma após a outra no Tribunal de Justiça. Então, já é algo que já está transitado em julgado e essa sucumbência em relação a essas ações estão todas a cargo do Governo do Estado. Então, a nossa intenção em relação a este Projeto de Lei é unicamente tirar a possibilidade de interpretação errada da cobrança. Então, o meu pedido aqui, Sr. Presidente, é que seja derrubado o Veto. Agradecendo já ao Governador, o qual conversamos, e, junto com o Deputado Hussein e o Deputado Gugu Bueno, foi acertada essa derrubada do Veto por parte do Poder Executivo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Líder do Governo Gugu Bueno, para encaminhar.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Presidente, este importante Projeto de autoria do Deputado Fabio Oliveira, que foi aprovado de maneira unânime pelos Sr.^s Deputados, houve na deliberação do Veto do Sr. Governador uma má compreensão por parte da nossa Receita Estadual e por parte também da Fazenda, mas depois de uma construção com a Casa Civil e com o próprio

Governador houve a sensibilidade do nosso Chefe da Casa Civil, do próprio Governador, que entenderam e compreenderam a necessidade da derrubada desse Veto. Então, a Liderança do Governo encaminha voto "*não*", Sr. Presidente. Atenção, Sr.^s Deputados, voto "*não*".

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, vamos encaminhar o processo de votação. Deputados favoráveis à manutenção do Veto votam com a expressão "*sim*", os contrários com a expressão "*não*". Votando.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Reforçando, Sr. Presidente: O Governo encaminha voto "*não*".

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto "*não*", para derrubada do Veto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Gugu Bueno, V.Ex.^a acho que encaminhou errado. Ah, ok!

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): O Gugu Bueno vai derrubar o Veto junto com a Oposição, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O senhor é o Presidente.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Deixa o homem ser feliz!

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Deixa o Líder do Governo fazer...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Alexandre Curi está fazendo aqui uma recomendação, por isso que acabei interpelando o Deputado Gugu Bueno.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O encaminhamento é para a derrubada do Veto, Sr. Presidente. Portanto, o voto é "*não*".

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Como o Alexandre Curi encaminha a votação?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Chamou-me a atenção o posicionamento do Líder da Oposição.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): O Deputado Alexandre Curi poderia encaminhar a votação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Luís Corti, Luiz Claudio Romanelli...

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Senhor Presidente, devido a essa confusão, quero reforçar o encaminhamento do voto "*não*" neste momento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Moacyr Fadel.

DEPUTADO MATHEUS VERMELHO (PP): Senhor Presidente, acho que ficou claro o encaminhamento do nosso Líder hoje. Só não ficou muito claro o que o senhor falou: *fim*, *sim*. Não entendi. Não compreendi.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registrem em Ata que o Deputado Matheus Vermelho não entendeu o que eu falei aqui, e será lido na próxima Ata.

DEPUTADO MOACYR FADEL (PSD): Senhor Presidente, abstenho-me do voto porque não consigo votar contra o Governo. Desculpem, mas não vou derrubar o Veto do meu Governador.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Moacyr, V.Ex.^a vai votar "*sim*" ou "*não*"?

DEPUTADO MOACYR FADEL (PSD): Abstenho-me, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Agora entendi. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Arilson Chiorato e Samuel Dantas (2 Deputados); **Votaram Não:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos,

Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhner (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Cantora Mara Lima, Do Carmo, Hussein Bakri, Marcel Micheletto, Moacyr Fadel, Ney Leprevost e Tiago Amaral (8 Deputados).] **Com 2 votos favoráveis e 44 votos contrários, está rejeitado o Veto. Dois “sim”, 44 “não” e uma abstenção que não apareceu aqui, mas oficialmente foi... (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto contrário dos Deputados Arilson Chiorato e Samuel Dantas, ao invés do voto favorável registado no aplicativo de votações.)**

DEPUTADO SAMUEL DANTAS (SD): Presidente, *pela ordem*. Só para corrigir o voto, que é “não”, por favor!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem o quê?

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Deputado Samuel pede a correção do voto dele para “não”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado...

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Samuel Dantas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Samuel Dantas?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, sei que não tem poder de correção, mas quero registrar aqui que votei errado, meu voto é “não”. Obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência também houve um equívoco, vou compreender. De vez em quando a mente da gente falha, é normal.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Estou acostumado a perder e, quando era para ganhar, perdi de novo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Então, são 46 votos “não” e uma abstenção. Está derrubado o Veto.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 2317/2023, do Deputado Goura, solicitando informações ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, requerendo dados referentes à aplicabilidade das Leis Estaduais n.º 12.095/98 e n.º 18.419/2015, referente à inclusão de pessoas surdas.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Houve uma concordância com o autor e vamos encaminhar como Expediente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Encaminhado como Expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.ºs 2291 a 2293, 2295, 2297, 2298, 2304, 2307, 2309, 2310 e 2312/2023, do Deputado Thiago Bühner, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos Senhores: Dr.^a Maristela Romanel Berbeka; Dr. Olimpio Camargo; Dr. Adolfo Giggberger Bareiro; Dr.^a Erine Carlos Lacoski; Dr.^a Maria Cláudia Hahn Ferrucio; Dr. Bruno Bertoli Esmanhotto; Dr.^a Gema Lydia Bengui Ruggeri; Dr.^a Greice Pancera Waczuk; Dr.^a Lisane Beatriz Giacomossi; Dr.^a Luciane Maria Binder de Oliveira; Dr. Marcos Chesi de Oliveira; **Requerimento n.º 2294/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Secretário da Infraestrutura e Logística do Paraná, Sr. Sandro Alex Cruz de Oliveira, e ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Fernando Furiatti, requerendo a recuperação e reparos do asfalto da Rodovia PR-484, km 127, que liga os municípios de Capitão Leônidas Marques e Boa Vista da Aparecida; **Requerimento n.º 2299/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de menção honrosa ao glorioso movimento religioso Legendários Curitiba, promovendo a superação, o autoconhecimento e a transformação de inúmeras famílias através da fé; **Requerimento n.º 2301/2023**, do Deputado Gugu Bueno, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Presidente do Paraguai, Santiago Pena, pela posse no cargo de Presidente, ocorrido em 15 de agosto de

2023; **Requerimento n.º 2302/2023**, do Deputado Renato Freitas, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, com vista à intercessão junto ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Sr. Hudson Leôncio Teixeira, ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, ao Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Paraná e ao Defensor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná, a fim de pedir providências acerca de denúncia encaminhada por familiares de pessoas custodiadas no Complexo Médico Penal - CMP, junto ao Departamento de Polícia Penal do Paraná; **Requerimento n.º 2303/2023**, da Deputada Ana Júlia, solicitando o envio de expediente à Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, para que esclareça sobre reposição das aulas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, referente ao período em que os servidores da educação municipal estiveram em greve; **Requerimento n.º 2305/2023**, do Deputado Luís Corti, solicitando o envio de expediente ao Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, no Estado do Paraná, requerendo melhorais na Rodovia BR-158, trecho entre os municípios de Marquinho e Chopinzinho; **Requerimento n.º 2306/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de menção honrosa ao Vice-Presidente da Primeira Igreja Batista de Curitiba e Coordenador do glorioso movimento Legendários Curitiba, promovendo a superação, o autoconhecimento e a transformação de inúmeras famílias através da fé; **Requerimento n.º 2315/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Il.^{mo} Sr. Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, requerendo providências urgentes diante da recorrente falta de água no município de primeiro de Maio, requerendo também o estudo de viabilidade para a construção de mais um reservatório de água naquele município; **Requerimento n.º 2316/2023**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações pelas comemorações alusivas aos 18 anos da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELLA), Assentamento Contestado, no município da Lapa; **Requerimentos n.ºs 2319 a 2326 e 2328/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para os Senhores: Felipe e Fabrício; Denis e Silvinho; Ali e

Rhuan; Ruan Mansur; Jonatan Lucas; Breno e Vanutti; Marjore e Mell; Lucas Costa; e Lais Duarte e Mafort; **Requerimento n.º 2327/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente aos Sr.^s Governador do Estado e Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo o aumento dos efetivos da Polícia Militar do Estado do Paraná no município de Primeiro de Maio; **Requerimento n.º 2329/2023**, dos Deputados Ademar Traiano, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Thiago Bühner, Alexandre Curi, Paulo Gomes, Professor Lemos, Márcio Pacheco, Márcia Huçulak, Tiago Amaral, Douglas Fabrício, Luiz Fernando Guerra, Luciana Rafagnin, Alexandre Amaro, Adão Litro, Matheus Vermelho, Maria Victória, Batatinha, Cantora Mara Lima, Anibelli Neto, Doutor Antenor, Cobra Repórter, Artagão Junior, Requião Filho, Luiz Cláudio Romanelli, Luís Corti, Bazana, Evandro Araújo, Tercílio Turini, Ana Júlia, Goura, Delegado Jacovós, Mabel Canto, Samuel Dantas, Marcel Micheletto, Arilson Chiorato, Ney Leprevost, Cristina Silvestri, Flávia Francischini, Nelson Justus, Moacyr Fadel, Hussein Bakri e outros Parlamentares, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. José Carlos Carvalho, ocorrido no dia 18 de setembro de 2023; **Requerimento n.º 2330/2023**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa para o Hospital Pequeno Príncipe, pela excelência nos serviços de saúde infantil, sendo reconhecido como melhor hospital exclusivamente pediátrico da América Latina, segundo a revista Newsweek.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 2296/2023, dos Deputados Luiz Cláudio Romanelli, Márcia Huçulak, Goura, Adão Litro, Soldado Adriano José, Douglas Fabrício, Anibelli Neto, Requião Filho, Matheus Vermelho, Do Carmo, Mabel Canto, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Tiago Amaral, Fábio Oliveira, Marcel Micheletto, Arilson Chiorato, Evandro Araújo, Cloara Pinheiro, Gilberto Ribeiro, Bazana, Samuel Dantas e Luís Corti, solicitando a constituição da Frente Parlamentar intitulada “Frente Parlamentar de Promoção Municipalista, das Associações de Municípios e Consórcios Municipais” na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 2313/2023**, dos Deputados Alexandre Curi e Luís Corti, requerendo a inclusão do Deputado Alexandre Curi como coautor do

Projeto de Lei n.º 766/2023; **Requerimento n.º 2318/2023**, do Deputado Anibelli Neto, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 382/2020.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, III do Regimento Interno (em decorrência de audiência ou evento com o Ministro do Estado): **Requerimento n.º 2308/2023**, do Deputado Márcio Pacheco, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 12 de setembro de 2023.

Deferidos conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.º 2311/2023**, do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 19 e 20 de setembro de 2023; **Requerimento n.º 2314/2023**, do Deputado Do Carmo, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 19 de setembro de 2023.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra Ordinária, antecipada de quarta-feira, já na sequência, com a **Ordem do Dia já publicada:** 3.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 564/2021, 116/2023 e 363/2023; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 186/2022, 449/2022, 79/2023, 492/2023, 547/2023, 585/2023, 599/2023, 649/2023 e 707/2023; e 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 336/2023.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h15, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)